



# Relatório de Gestão

# 7

## Princípios do cooperativismo



### 1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



### 2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



### 3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



#### **4) Autonomia e independência**

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



#### **5) Educação, formação e informação**

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



#### **6) Intercooperação**

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



#### **7) Interesse pela comunidade**

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



# Para você e sua empresa



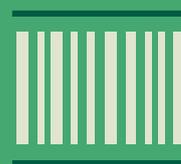
**Financiamentos**



**Empréstimos**



**Capital de Giro**



**Boletos**



**Maquininha**



**Cartões**



**Consórcios**



**Cheques**



**Aplicações**



**Seguros**



**Previdência**



**Conta Kids**



**App CredisiS**



**Internet Banking**

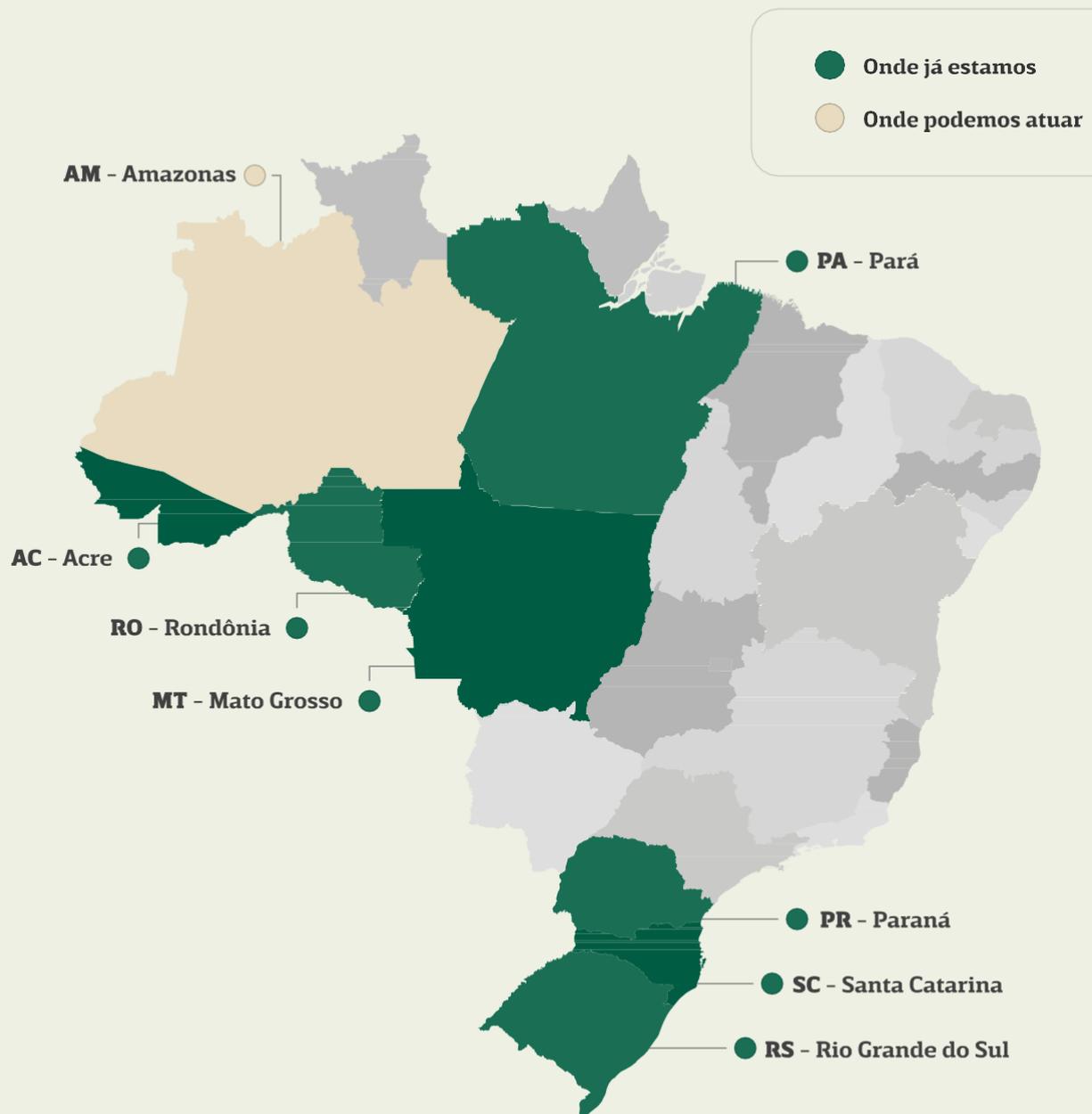


**Caixas Eletrônicos**



**Pix**

# Mapa de atuação



07 estados • 51 municípios • 10 distritos  
12 cooperativas • 71 agências • 70 mil cooperados



# A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.

# Sumário

---

7 princípios do cooperativismo	02
Para você e sua empresa	04
Mapa de atuação CrediSIS	05
A revolução da cooperação	06
Parecer do conselho fiscal	08
Palavra do Presidente	09
Relatório da Administração	10
Evolução dos Resultados	11
Relatório dos Auditores Independentes	12
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>19</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>20</b>
1 Contexto operacional	20
2 Apresentação das demonstrações financeiras	20
21 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	21
22 Continuidade dos negócios	23
3. Políticas contábeis materiais	23
4 Caixa e equivalentes de caixa	26
5 Títulos e valores imobiliárias	26
6 Relações interfinanceiras	27
7 Operações de crédito	27
8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	28
9 Outros ativos	28
10 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	29
11 Passivos contingentes	29
12 Outros passivos	29
13 Patrimônio líquido	30
14 Ingressos de operações de crédito	31
15 Ingressos e receitas de prestação de serviços	31
16 Dispêndios e despesas de pessoal	31
17 Outros dispêndios e despesas administrativas	31
18 Outros ingressos e receitas operacionais	32
19 Outros dispêndios e despesas operacionais	32
20 Outras receitas e despesas	32
21 Resultado não recorrente	32
22 Partes relacionadas	32
22.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	33
23 Índice de Basileia	34
24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	34

## Parecer Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM LTDA-CREDISIS CREDBEM METROPOLITANA, pelos seus membros representantes do Conselho Fiscal, abaixo identificados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do Exercício de 2023, para os fins previstos no artigo 64 e parágrafos do Estatuto Social, após examinar os documentos que compõem o Balance Geral encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como da Demonstração de Sobras ou Perdas, constatou-se que:

1. As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
2. As despesas efetuadas, autorizadas pela administração, encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa, estando todas devidamente documentadas;
3. A cooperativa não tem qualquer questão ilegal a resolver com as autoridades do cooperativismo;
4. Sempre que houve conferência no saldo do dinheiro em caixa, nada foi constatado de incoerente;
5. Os valores utilizados no Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), conforme decisão da Administração, foram aprovados por este Conselho e estão devidamente documentados;
6. Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;
7. Os empréstimos foram concedidos de acordo com as regras estabelecidas e aprovadas pelas alçadas competentes;
8. Os créditos a receber em atraso, estão sendo cobrados constantemente por meios judiciais e extrajudiciais;
9. As pendências apontadas nos relatórios de auditoria interna e externa foram todas respondidas, sendo muitas solucionadas e outras com prazos para serem regularizadas;
10. O conselho fiscal tomou conhecimento das questões de ordem administrativa, constatando a idoneidade da administração e fazendo recomendações para melhorias.

Ante ao exposto, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação do Balanço Geral e demonstração do Resultado de “Sobras ou Perdas” do exercício findo de 2023 da Diretoria Executiva.

Belém, 31 de janeiro de 2024.

**Ivani de Fátima Dias Serra**  
Coordenadora do Conselho

**Leandro Ferreira Fonseca**  
Secretário do Conselheiro

**Luis Antonio Alfaia  
Batista da Silva**  
Conselheiro Efetivo

## Palavra do Presidente



Fotografo: Paulo Renan Alvares da Silva

Em 2023, tivemos um resultado positivo, um aumento dos ativos e das operações de crédito, um patrimônio líquido elevado e um índice de Basileia acima do mínimo. Completamos 29 anos de existência, oferecendo crédito a juros baixos e com facilidade para os servidores públicos.

Valorizamos o desenvolvimento humano, a educação financeira, o cooperativismo e a governança.

Agradecemos a todos que fazem parte e que ajudaram a construir a família CrediSIS Credbem Metropolitana.

Renovamos nosso compromisso de oferecer soluções financeiras com qualidade, segurança e rentabilidade aos nossos associados.

**Jorge Luiz Castro de Carvalho**  
Presidente  
CrediSIS Credbem Metropolitana

## Relatório da Administração

Exercício 2023

A CrediSIS Credbem Metropolitana segue as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.818, de 29/05/2020, e pela Instrução Normativa do BCB nº 236, de 17/02/2022, que tratam da transparência das informações prestadas pelas cooperativas de crédito aos seus associados e ao público em geral. Além disso, realiza assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, nas quais os associados podem participar das decisões, bem como fiscalizar a gestão e os resultados.

Apesar de os efeitos da pandemia ainda afetarem a economia, conseguimos manter o crescimento e a solidez financeira em 2023. Apresentamos um resultado positivo de R\$ 605.000,00, que, somado aos juros ao capital, totalizou R\$ 1.071.632,00. Após a destinações dos fundos, esse valor será distribuído entre os associados, conforme a sua participação nas operações da cooperativa.

Nossos ativos cresceram de R\$ 11.507.898,00, em 2022, para R\$ 12.485.572,00, em 2023, um aumento de 8,5%. As operações de crédito também cresceram de R\$ 7.870.883,00, em 2022, para R\$ 9.471.170,00, em 2023, um aumento de 20,3%. Esses números refletem a confiança dos associados, bem como a capacidade da Cooperativa de oferecer produtos e serviços financeiros adequados às suas necessidades.

Possuímos um patrimônio líquido na ordem de R\$ 10.609.935,00, o que representa uma alta liquidez e uma baixa alavancagem. Mantivemos o nível adequado de capital, conforme os limites prudenciais estabelecidos pelo BCB. Em 2023 completamos 29 anos de funcionamento sólido e de atendimento aos anseios dos nossos cooperados. Fundada em 1995, por um grupo de 25 servidores públicos municipais, com o objetivo de oferecer crédito a juros mais baixos e com mais facilidade. Ao longo dos anos, a cooperativa ampliou o seu quadro social, o seu portfólio de produtos e serviços e a sua área de atuação, abrangendo hoje todos os servidores públicos.

A Cooperativa tem como um dos seus valores o desenvolvimento humano, tanto dos seus associados quanto dos seus diretores, conselheiros e colaboradores. Investe na capacitação e na educação continuada dos seus públicos, por meio de cursos, palestras, workshops, seminários, congressos e outros eventos. Também incentiva a participação dos seus associados em programas de educação financeira, cooperativista e cidadã. Acredita que o desenvolvimento humano é a base para o crescimento sustentável da cooperativa e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Durante nossa existência sempre prezamos pelas boas práticas de governança, que são fundamentais para a transparência, a eficiência, a responsabilidade e a sustentabilidade. Contamos também com o apoio da Central Credisis, que oferecem serviços de representação, orientação, supervisão, auditoria, consultoria, capacitação, tecnologia, entre outros, para as cooperativas singulares.

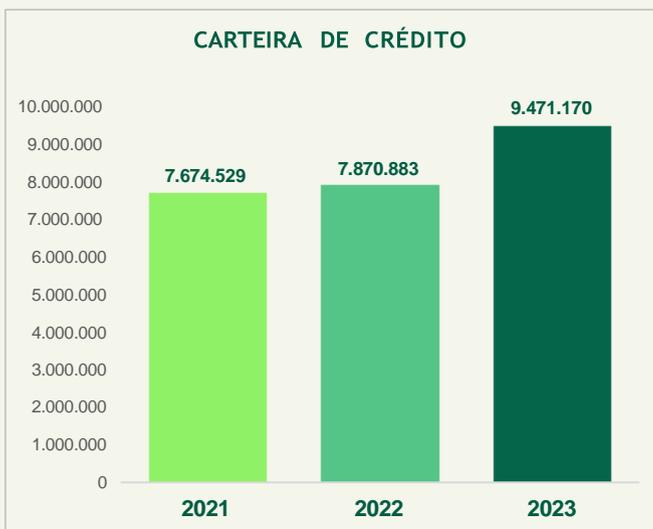
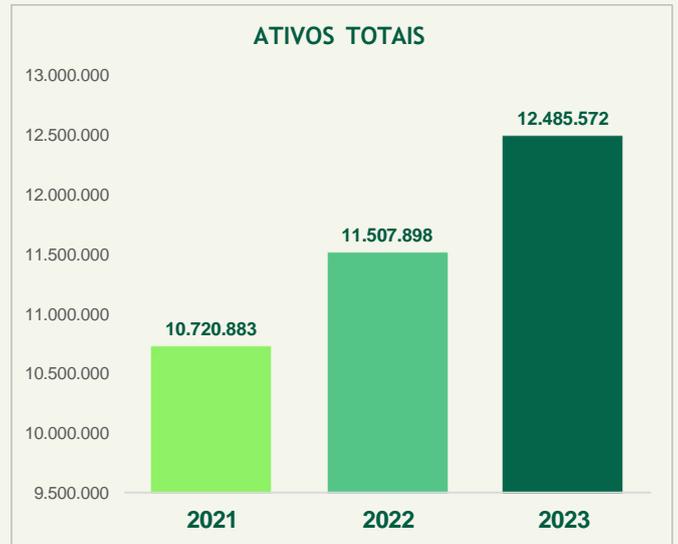
Portanto, encerramos o ano de 2023 com a certeza de ter cumprido nossa missão de oferecer soluções financeiras aos seus associados, com qualidade, segurança e rentabilidade. Agradecemos a confiança, a participação e a colaboração de todos os que fazem parte da sua história: associados, diretores, conselheiros, colaboradores, parceiros e fornecedores.

Por fim, prestamos uma homenagem aos cooperados falecidos, que deixaram o seu legado de cooperação e solidariedade. A cooperativa contribuiu para o amparo das famílias através do auxílio funeral, que é um benefício concedido aos associados em caso de morte.

Renovamos por tanto, o compromisso de continuar trabalhando pelo desenvolvimento da cooperativa, dos seus associados e das comunidades onde atua, sempre pautada pelos princípios e valores do cooperativismo de crédito.

Jorge Luiz Castro de Carvalho Presidente

## Evolução dos Resultados





## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos da Região Metropolitana de Belém - Credisis Credbem Metropolitan. Belém-PA

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos da Região Metropolitana de Belém - Credisis Credbem Metropolitana (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos da Região Metropolitana de Belém - Credisis Credbem Metropolitana em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 15 de março de 2023.

**Moore Prisma Auditores Independentes**

CRC 2SP017256/O-3 S "RO"

**André Zerbetto Chinarello**

Contador CRC 1SP335254/O-8 S "PA"

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

Ativo	NOTA	2023	2022
Disponibilidades	4	38.838	12.906
Instrumentos financeiros		12.534.364	11.303.958
Títulos e valores mobiliários	5	1.151.715	775.803
Relações interfinanceiras	6	1.911.479	2.657.272
Operações de crédito	7	9.471.170	7.870.883
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(443.515)	(171.137)
Outros ativos	9	43.667	49.051
Imobilizado de uso	10	562.739	546.507
Intangível	10	30.508	25.328
(-) Depreciações e amortizações	10	(281.029)	(258.715)
<b>Total do Ativo</b>		<b>12.485.572</b>	<b>11.507.808</b>
<b>Passivo</b>			
Demais instrumentos financeiros		65.654	91.297
Outros passivos financeiros		65.654	91.297
Obrigações fiscais correntes e diferidas		60.038	66.551
Outros passivos	12	1.541.046	1.350.134
		<b>1.666.392</b>	<b>1.505.279</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
	13		
Capital social		7.718.383	7.212.819
Reservas de sobras		2.745.732	2.552.249
Sobras acumuladas		354.719	234.848
		<b>10.818.834</b>	<b>9.999.916</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>12.485.572</b>	<b>11.507.808</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	NOTA	2023		2022
		2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Ingressos e receitas da intermediação financeira</b>		1.303.412	2.619.162	2.455.635
Operações de crédito	14	1.208.434	2.376.395	2.240.355
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	94.978	242.767	215.280
<b>Dispêndios e despesas da intermediação financeira</b>		(176.556)	(283.389)	(33.030)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8b	(176.556)	(283.389)	(33.030)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		1.126.856	2.335.773	2.422.605
<b>Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais</b>		(705.285)	(1.263.081)	(1.404.982)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	15	6.138	16.306	3.704
Dispêndios e despesas de pessoal	16	(433.481)	(774.684)	(672.113)
Outros dispêndios e despesas administrativas	17	(389.314)	(794.014)	(729.288)
Dispêndios e despesas tributárias		(1.360)	(1.737)	(6.027)
Outros ingressos e receitas operacionais	18	116.336	297.872	5.675
Outros dispêndios e despesas operacionais	19	(3.604)	(6.824)	(6.933)
<b>Resultado operacional</b>		421.571	1.072.692	1.017.623
<b>Outras receitas e despesas</b>		(10)	(10)	(3.179)
<b>Sobras ou perdas antes da tributação e participações</b>		421.561	1.072.682	1.014.444
		(556)	(1.050)	(521)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(278)	(525)	(253)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(278)	(525)	(268)
<b>Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital</b>		421.005	1.071.632	1.013.923
Juros ao capital		(19.248)	(466.632)	(585.504)
<b>Sobras ou perdas do período antes das destinações</b>		401.757	605.000	428.419

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital</b>	421.005	1.071.632	1.013.923
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	421.005	1.071.632	1.013.923

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital subscrito	Reserva legal	Sobras acumuladas	Totais
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>6.625.760</b>	<b>2.424.113</b>	<b>451.197</b>	<b>9.501.070</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(66)	(66)
Destinações das sobras do exercício anterior:				
Ao capital	82.842	-	(82.842)	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(368.355)	(368.355)
Movimentação de capital:				
Por Subscrição/realização	796.876	-	-	796.876
Por devolução (-)	(792.112)	-	-	(792.112)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	1.013.923	1.013.923
Remuneração de juros sobre o capital próprio:				
Provisão de juros sobre o capital próprio	545.598	-	(585.504)	(39.906)
IRRF Juros sobre o capital próprio, líquido	(46.145)	-	-	(46.145)
Destinações das sobras do período:				
Reserva legal	-	128.136	(128.136)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	(64.068)	(64.068)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	(1.301)	(1.301)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.212.819</b>	<b>2.552.249</b>	<b>234.848</b>	<b>9.999.916</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>7.212.819</b>	<b>2.552.249</b>	<b>234.848</b>	<b>9.999.916</b>
Destinações das sobras do exercício anterior:				
Ao capital	44.237	-	(44.237)	-
Sobras não pagas	-	-	(8.108)	(8.108)
Distribuição de sobras para associados	-	-	(182.503)	(182.503)
Movimentação de capital:				
Por Subscrição/realização	785.628	-	-	785.628
Por devolução (-)	(734.689)	-	-	(734.689)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	1.071.632	1.071.632
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	1	1
Reversão da utilização do FATES	-	-	43.500	43.500
Remuneração de juros sobre o capital próprio:				
Provisão de juros sobre o capital próprio	439.101	-	(466.632)	(27.531)
Juros sobre o capital próprio, líquido	(28.713)	-	-	(28.713)
Destinações das sobras do período:				
Reserva legal	-	193.483	(193.483)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	(96.742)	(96.743)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	(3.557)	(3.557)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.718.383</b>	<b>2.745.732</b>	<b>354.719</b>	<b>10.818.834</b>

Continua...

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

	Capital subscrito	Reserva legal	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 1º de julho de 2023	7.366.761	2.552.249	203.244	10.122.254
<b>Movimentação de capital:</b>				
Por Subscrição/realização	423.563	-	-	423.563
Por devolução (-)	(482.329)	-	-	(482.329)
<b>Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital</b>	-	-	421.005	421.005
<b>Ajustes de exercícios anteriores</b>	-	-	1	1
<b>Reversão de utilização de FATES</b>	-	-	43.500	43.501
<b>Remuneração de juros sobre o capital próprio:</b>				
Provisão de juros sobre o capital próprio	439.101	-	(19.248)	419.853
Juros sobre o capital próprio, líquido	(28.713)	-	-	(28.713)
<b>Destinações das sobras do período:</b>				
Reserva legal	-	193.483	(193.483)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	(96.743)	(96.743)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	(3.557)	(3.557)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.718.383</b>	<b>2.745.732</b>	<b>354.719</b>	<b>10.818.834</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Sobras antes da tributação e participações</b>	<b>421.561</b>	<b>1.072.682</b>	<b>1.014.444</b>
Ajuste de exercícios anteriores	1	1	(66)
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	176.556	283.389	33.030
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	565	1.918	8.858
Depreciações e amortizações	11.458	23.265	27.745
Outros ajustes			
<b>Sobras antes da tributação e participações ajustado</b>	<b>610.141</b>	<b>1.381.255</b>	<b>1.084.011</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Operações de crédito	(1.269.394)	(1.592.708)	(231.625)
Outros ativos financeiros	82.835	(18.590)	-
Outros ativos	31.072	5.384	30.280
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Outros passivos financeiros	1.098	(25.643)	(4.523)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	37.954	(6.513)	46.443
Outros passivos	(31.389)	(260.933)	339.255
FATES - Atos cooperativos	(96.742)	(96.742)	(64.068)
FATES - Atos não cooperativos	(3.557)	(3.557)	(1.300)
Outras destinações	(278)	(525)	(253)
Imposto de renda	(278)	(525)	(268)
Contribuição social			
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(638.538)</b>	<b>(619.097)</b>	<b>1.018.895</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição de investimentos	(213.691)	(375.912)	(20.712)
Aquisição de imobilizado de uso	(17.748)	(19.101)	(40.992)
Aquisição de intangível	(5.180)	(5.180)	(6.500)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(236.619)</b>	<b>(400.193)</b>	<b>(68.204)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de capital	423.563	785.628	796.876
Devolução de capital à cooperados	(482.329)	(734.689)	(792.112)
Distribuição de sobras para associados	-	(182.503)	368.355
Sobras não pagas	-	(8.108)	
Provisão de Juros Ao Capital	439.101	439.101	545.598
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>380.335</b>	<b>299.429</b>	<b>(363.591)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(494.822)</b>	<b>(719.861)</b>	<b>587.100</b>
<b>Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.445.139	2.670.178	2.083.078
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.950.317	1.950.317	2.670.178
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(494.822)</b>	<b>(719.861)</b>	<b>587.100</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.  
Em reais

### 1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos da Região Metropolitana de Belém Ltda - Credisis Credbem Metropolitana (“Cooperativa”), fundada em 9 de janeiro de 1996, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza civil e sem fins lucrativos.

A Cooperativa está sediada na travessa Curuzu, 1925 entre Av. Almirante Barroso e Av. 25 de setembro, Marco, em Belém PA e tem sua área de ação nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, todos no Estado do Pará.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e a industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional dos cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – Bacen, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Bacen e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen foram

empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

## 2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN N° 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN N° 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/21 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.

- Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S4, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- Etapa 03 (2024): Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- Etapa 04 (2024): Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para

apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

## 2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

### b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

### d) Títulos e valores mobiliários

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020

### e) Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.761/1971, essas ações são definidas como atos cooperados.

**f) Operações de crédito**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

**g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

**h) Imobilizado de uso**

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

**i) Intangível**

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

**j) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**k) Demais ativos e passivos**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**l) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

**m) Segregação do circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

**n) Imposto de renda e contribuição social**

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

**o) Partes relacionadas**

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

**p) Resultados recorrentes e não recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não

recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

#### q) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras e operações de crédito.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	38.838	12.906
Relações interfinanceiras (nota 6)	1.911.479	2.657.272
	<b>1.050.317</b>	<b>2.670.178</b>

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

### 5. Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Descrição	Não circulante	Não circulante
CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda	1.151.715	775.803
	<b>1.151.715</b>	<b>775.803</b>

Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado dentro de Títulos e Valores Mobiliários.

A distribuição de sobras e juros ao capital recebida da Central do Sistema Credis está registrada no grupo de “Outros ingressos e receitas operacionais” (nota 18).

## G. Relações interfinanceiras

Descrição	2023	2022
Centralização financeira	1.911.479	2.657.272
	<b>1.011.47U</b>	<b>2.657.272</b>

Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Credisis - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 242.767 (R\$ 215.280 em 2022).

## 7. Operações de crédito

### a) Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.100.738	5.370.432	9.471.170	3.392.144	4.478.739	7.870.883
	<b>4.100.738</b>	<b>5.370.432</b>	<b>9.471.170</b>	<b>3.392.144</b>	<b>4.478.739</b>	<b>7.870.883</b>

Foram registrados no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 2.331.254 (R\$ 2.153.567 em 2022).

### b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023			2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	593.860	593.860	-	2.393.752	2.393.752
B	1,0	4.191	1.160.593	1.164.784	2.259	4.962.805	4.965.064
C	3,0	1.067	6.787.270	6.788.337	6.731	413.289	420.020
D	10,0	4.693	749.223	753.916	1.383	27.712	29.095
E	30,0	8.497	38.043	46.540	-	-	-
G	70,0	-	1.013	1.013	-	-	-
H	100,0	15.158	107.562	122.720	20.516	42.436	62.952
		<b>33.60G</b>	<b>U.437.5G4</b>	<b>U.471.170</b>	<b>30.88U</b>	<b>7.83U.UU4</b>	<b>7.870.883</b>

### c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2023	2022
2024	-	2.213.344
2025	2.116.804	1.346.979
2026	1.432.356	918.416
2027	877.907	-
2028	504.423	-
2029	327.918	-
2030	111.024	-
	<b>5.370.432</b>	<b>4.478.73U</b>

#### d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 430.347 (R\$ 464.573 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 45.141, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 86.788 em 2022), registrados em ingressos de operações de crédito (nota 14).

### 8. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

#### a) Composição por tipo de operação

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(187.074)	(243.976)	(431.050)	(75.110)	(64.972)	(140.082)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(12.465)	-	(12.465)	(31.055)	-	(31.055)
	(100.530)	(243.976)	(443.515)	(106.165)	(64.972)	(171.137)

#### b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	(171.137)	(173.378)
Créditos baixados para prejuízo	11.011	35.271
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(301.980)	(26.745)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(6.326)	(22.443)
Reversão de provisão para operações de crédito	-	7.846
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	24.917	8.312
Saldo final	(443.515)	(171.137)

### U. Outros ativos

	2023	2022
Adiantamentos e antecipações salariais	2.251	-
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	600	1.050
Adiantamentos por conta de imobilizações	22	-
Pagamentos a ressarcir	3.584	1.665
Devedores diversos - País	29.286	41.516
Despesas antecipadas	7.924	4.820
	43.667	48.051

## 10. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
<b>Imobilizado de uso</b>					
Imobilizações em curso	-	-	-	-	676
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	127.108	(73.187)	53.921	48.466
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	10.443	(5.395)	5.048	5.831
Imóveis	4%	425.188	(180.516)	244.672	253.001
		<b>562.739</b>	<b>(259.098)</b>	<b>303.641</b>	<b>307.974</b>
<b>Intangível</b>					
Sistemas de processamento de dados	20%	30.508	(21.931)	8.577	5.146
		<b>503.247</b>	<b>(281.02U)</b>	<b>312.218</b>	<b>313.120</b>

## 11. Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

## 12. Outros passivos

Descrição	2023	2022
<b>Sociais e estatutárias:</b>		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	409.257	406.964
Gratificações e participações a pagar	34.793	-
Sobras a distribuir	16.609	12.804
Quotas de capital a pagar (ii)	767.179	706.843
	<b>1.227.838</b>	<b>1.126.611</b>
<b>Diversas:</b>		
Provisão para pagamentos a efetuar	195.474	111.085
Credores diversos no País	117.215	112.030
	<b>312.68U</b>	<b>223.115</b>
Outros passivos	519	408
	<b>1.541.04G</b>	<b>1.350.134</b>

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 13b).
- ii. Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

### 13. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

É representado pelas integralizações de 187 e 198 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 785.628 (R\$ 796.876 em 2022), e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 734.689 (R\$ 792.112 em 2022).

O capital social é de R\$ 7.718.383 e de (R\$ 7.212.819) em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

#### b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	1.071.632	1.013.923
Juros sobre o capital (i)	(466.632)	(585.504)
Ajustes de Exercícios anteriores	1	(66)
Reversão FATES	43.500	-
Destinações estatutárias:	-	-
Reserva legal (ii)	(193.483)	(128.136)
Outras destinações das sobras do período	-	-
FATES - Atos Cooperativos (iii)	(96.742)	(64.068)
FATES - Atos Não Cooperativos	(3.557)	(1.301)
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>354.71U</b>	<b>234.848</b>

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião da Diretoria Executiva realizada em 28 de dezembro de 2023, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.
- ii. 30% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. 15% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade

#### c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022, para distribuição de sobras (R\$ 234.848), da seguinte forma 20% para integralização de cotas de capital e 80% devolvidas aos associados.

## 14. Ingressos de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos (nota 7a)	1.201.501	2.331.254	2.153.567
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7d)	6.933	45.141	86.788
	<b>1.208.434</b>	<b>2.376.395</b>	<b>2.240.355</b>

## 15. Ingressos e receitas de prestação de serviços

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de outros serviços	6.138	16.306	3.704
	<b>6.138</b>	<b>16.306</b>	<b>3.704</b>

## 16. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal - proventos	(174.652)	(314.711)	(276.708)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(88.373)	(161.204)	(164.137)
Despesas de honorários - Diretoria	(65.400)	(133.664)	(133.356)
Despesas de pessoal - benefícios	(69.824)	(107.805)	(59.812)
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(20.232)	(40.800)	(38.100)
Despesas de pessoal - treinamentos	(15.000)	(16.500)	-
	<b>(433.481)</b>	<b>(774.684)</b>	<b>(672.113)</b>

## 17. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio despesas da Central	(228.374)	(506.911)	(482.336)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(51.791)	(80.332)	(63.483)
Outras despesas administrativas	(29.522)	(65.470)	(54.230)
Água, energia e gás	(12.352)	(24.410)	(21.356)
Manutenção, conservação de bens e material	(12.490)	(23.060)	(25.937)
Depreciações e amortizações	(11.457)	(23.265)	(27.746)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(22.490)	(22.490)	(15.929)
Processamento de dados	(8.267)	(16.414)	(8.586)
Serviços do sistema financeiro	(5.152)	(10.662)	(12.951)
Comunicações	(4.405)	(9.290)	(9.846)
Serviços de vigilância e segurança	(1.803)	(6.205)	(4.628)
Transporte	(653)	(4.948)	(1.728)
Seguros	(558)	(557)	(532)
	<b>(389.314)</b>	<b>(794.014)</b>	<b>(729.288)</b>

## 18. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros de Capital central (i)	62.024	206.311	-
Recuperação de encargos e despesas	54.312	90.065	5.467
Outras rendas operacionais	-	1.496	208
	<b>11G.33G</b>	<b>2U7.872</b>	<b>5.G75</b>

- i. Refere-se à distribuição de sobras e juros ao capital recebida da Central do Sistema Credisis está registrada no grupo de “Outros ingressos e receitas operacionais” (nota 18).

## 1U. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(1.409)	(1.995)	(1.665)
Fundo de contingência (nota 22.1)	(2.195)	(4.829)	(5.268)
	<b>(3.G04)</b>	<b>(G.824)</b>	<b>(G.U33)</b>

## 20. Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Despesas não operacionais</b>			
Outras despesas não operacionais	(10)	(10)	(3.179)
	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>	<b>(3.17U)</b>

## 21. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

## 22. Partes relacionadas.

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
<b>Principais saldos:</b>		
<b>Ativo</b>		
Operações de crédito	486.347	431.449
<b>Passivo</b>		
Depósitos à vista e a prazo		
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	449.952	496.004
<b>Principais operações:</b>		
Ingressos com operações de crédito	111.955	118.203
Dispêndio com captações		
<b>Benefícios:</b>		
Honorários	133.664	133.356
Cédulas de presença	40.800	38.100

## 22.1. CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

### a) Atribuições estatutárias

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

### b) Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2023	2022
<b>Principais saldos:</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
Relações interfinanceiras (nota 6)	1.911.479	2.657.272
<b>Ativo não circulante</b>		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	1.151.715	775.803
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Ingressos</b>		
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	242.767	215.280
<b>Dispêndios</b>		
Outros dispêndios e despesas administrativas	(506.911)	(482.336)
Outros dispêndios e despesas operacionais	(4.829)	(5.268)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 23. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	10.810.257	9.994.770
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	9.657.395	7.594.540
Índice de Basileia	112%	132%

## 24. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site [www.credisis.com.br](http://www.credisis.com.br), sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

### a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

### b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

### c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

### d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte,

controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

**e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):**

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

**f. Risco de Conformidade:**

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

**g. Gestão de Continuidade do Negócio:**

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

**h. Gerenciamento de Capital:**

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

## 25. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



**Acesse nosso site!**

[www.credisis.com.br](http://www.credisis.com.br)